



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

EDITAL DE ESTÁGIO Nº 03/2026

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Pós-Graduação na Área de Direito

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, com fundamento nos artigos 17 e 18 da Deliberação n. 110/2019 e na Deliberação n. 428/2024, ambas do Conselho Superior da Defensoria Pública, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado para formação de cadastro reserva para estudantes de **Pós-Graduação no curso de Direito na unidade de Novo Cruzeiro**, referente ao programa de Estágio não Obrigatório Direto, em observância às necessidades institucionais e disponibilidade orçamentária.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O estágio de pós-graduação visa proporcionar o conhecimento teórico e prático nas diversas áreas de atuação da Defensoria Pública e não confere vínculo empregatício com o Estado, sendo vedado estender ao estagiário direitos ou vantagens assegurados aos servidores ou membros da Defensoria Pública (artigos 2º e 3º da Deliberação n. 428/2024 - do CSDPMG).

1.2. A jornada de atividade da estagiária ou estagiário de pós-graduação é de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais (artigo 23º da Deliberação 428/2024-CSDPDGP).

1.3. A bolsa de estágio de pós-graduação corresponde a R\$ 2.053,00 (dois mil e cinquenta e três reais) e o auxílio transporte a R\$210,00 (duzentos e dez reais), totalizando R\$2.263,00 (dois mil, duzentos e sessenta e três reais) fixados por ato da Defensoria Pública Geral, conforme Resolução nº 2639/2024-DPG.

1.4. O acompanhamento do estágio de pós-graduação será realizado pelo Defensor Público Supervisor designado.

1.5. O Estagiário não tem direito à escolha da área e local de atuação.

1.6. É de responsabilidade da candidata ou candidato informar dados pessoais e escolares corretos.

1.7. A jornada de estágio de pós-graduação é, em regra, presencial.

1.8. Questões relacionadas à segurança institucional poderão justificar a realização de diligências destinadas à verificação da vida pregressa e da conduta social do candidato.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

2. DAS VAGAS

2.1. O processo seletivo simplificado destina-se a formação de cadastro reserva para estudantes de Pós-Graduação **no curso de Direito na unidade de Novo Cruzeiro /MG**.

2.2. Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas aos candidatos com deficiência, nos termos do art. 37, VIII, da Constituição Federal/1988, da Lei n. 7.853/1989, da Lei Estadual n. 11.867/1995 e do Decreto n. 9.508/2018, e 20% (vinte por cento) aos candidatos negros, nos termos do artigo 1º da Lei n. 12.990/2014, da Lei n. 12.288/2010, da Resolução n. 203/2015-CNJ e da Resolução n. 548/2015-STF.

2.3. Não havendo aprovação de candidata ou candidato inscrito às vagas reservadas em número suficiente, as vagas não preenchidas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, em estrita observância à ordem de classificação no certame.

3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. Incumbe à estagiária ou estagiário de pós-graduação, no exercício de suas funções:

I – auxiliar no acompanhamento das ações propostas e na elaboração de manifestações processuais;

II – pesquisar conteúdo doutrinário ou jurisprudencial e dados estatísticos, conforme orientação prévia;

III – participar de audiências, sessões ou acompanhar diligências de investigação, acompanhado da Defensora ou Defensor Supervisor, auxiliando no que for necessário;

IV – estudar as matérias que lhe forem confiadas;

V – auxiliar no cumprimento das requisições expedidas pela DPMG;

VI – colaborar no registro e na movimentação dos processos judiciais;

VII – auxiliar no atendimento ao público, nos limites da orientação que vier a receber;

VIII – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas, compatíveis com sua condição acadêmica. (art. 60, da Deliberação 428/2024)

4. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO:

4.1. Uma vez aprovada, a estagiária ou estagiário de pós-graduação somente será convocado se:



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- a) Tiver colado grau no curso de Graduação em Direito;
- b) For estudante de curso de pós-graduação na área de Direito, devidamente matriculado em instituição de ensino superior devidamente registrada nos órgãos competentes;
- c) Possuir disponibilidade de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da manhã ou da tarde; e
- d) Possuir conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário da Defensoria Pública.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato ou candidata deverá se certificar de que preenche todos os requisitos exigidos neste Edital, na Deliberação n. 428/2024 (disponibilizada para consulta no site da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário), bem como nos eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento. Link de acesso às resoluções e deliberações: <https://cesv.defensoria.mg.def.br/atos-normativos/> e **diário oficial da DPMG**.

5.2. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo link <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no site da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, das **08h do dia 31 de agosto de 2026 até às 12h do dia 15 de setembro de 2026**, observando-se o horário oficial de Brasília.

5.2.1. Antes de encerrado, o período de inscrições poderá ser prorrogado, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

5.3. A candidata ou candidato que se identifica e quer ser reconhecido socialmente em consonância com sua identidade de gênero deverá indicar o nome pelo qual deseja ser reconhecido em campo próprio do sistema de inscrição.

5.4. Para se inscrever a candidata ou candidato obrigatoriamente deverá:

I – Acessar o link <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/>, **das 08h do dia 31 de agosto de 2026 até às 12h do dia 15 de setembro de 2026**, observando-se o horário oficial de Brasília

II – Anexar documento oficial expedido pela Instituição de Ensino do curso de **Graduação**, no qual conste **obrigatoriamente** a média global de aproveitamento;

III – Anexar o certificado de **conclusão do curso de graduação ou diploma**;

IV – Tratando-se de candidata ou candidato com deficiência, cumprir também a(s) exigência(s) do item 6.3;

V – Tratando-se de candidata ou candidato negro, cumprir também a exigência do item 7.2.

5.4.1. O não cumprimento de quaisquer dos requisitos exigidos neste Edital acarretará a desclassificação da candidata ou candidato no certame, ressalvado o previsto no item 10. **A fundamentação da desclassificação da candidata ou candidato estará disponível para consulta individualizada via sistema Gerais.**

5.4.2. **A declaração de média global somente será dispensada em hipótese de realização de prova, nos demais processos seletivos que utilizem a média global e/ou entrevista, é indispensável que o documento contenha a média global não suprimindo a média por semestre ou por matéria.**

5.4.3. Os documentos podem ser anexados em múltiplo PDF quando a Instituição de Ensino emitir mais de uma declaração.

5.4.4. **As informações acima são imprescindíveis para o prosseguimento no processo seletivo, cabendo à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário a análise dos documentos e se todas as informações estão contempladas.**

5.5. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitarem a transferência de dados.

5.5.1. Situações excepcionais serão analisadas pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais, desde que devidamente demonstrado pelo candidato a tela de erro.

5.6. É vedada a inscrição pela via postal ou por qualquer outro meio eletrônico não disponibilizado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. **A inscrição que não atenda a todos os requisitos exigidos em Edital será cancelada, a qualquer tempo.**

5.7. As listas dos candidatos ou candidatas que tiverem suas inscrições deferidas e indeferidas serão publicadas no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito** no qual caberá recurso conforme item 10.

5.8. O candidato deverá se atentar em realizar o correto preenchimento dos dados no sistema de inscrição “Gerais”, respondendo por eventuais erros de grafia de seu nome e de outros dados pessoais, bem como pela ausência de indicação, quando cabível, do interesse em concorrer às vagas reservadas.

6. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

6.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas, conforme item 2.2 deste Edital, art. 37, VIII, da Constituição Federal/1988, Lei n. 13.146/2015, Lei n. 7.853/1989, Lei Estadual n. 11.867/1995, Decreto n. 9.508/2018 e Súmula 377-STJ.

6.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas definidas no artigo 2º da Lei n. 13.146/2015.

6.3. As candidatas ou candidatos com deficiência que pretendam fazer uso da prerrogativa legal deverão assinalar no formulário de inscrição tal condição e anexar relatório subscrito por profissional médico atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência, ou documento oficial que a comprove.

6.3.1. A candidata ou candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo especificadas no ITEM 3 - DAS ATRIBUIÇÕES são compatíveis com a sua deficiência.

6.4. A candidata ou candidato que não atender ao disposto no item 6.3, alínea “a”, concorrerá às vagas de ampla concorrência.

6.5. Ressalvadas as condições diferenciadas previstas no Decreto n. 3.298/1999, modificado pelo Decreto n. 9.508/2018, na Lei n. 13.146/2015 e neste Edital, as pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais no que diz respeito aos critérios de classificação, à nota mínima exigida e a todas as outras normas de regência do certame.

6.6. Após a publicação do resultado preliminar fica proibida qualquer inclusão ou exclusão da candidata ou candidato da lista especial de pessoa com deficiência, ressalvada a hipótese do item 10.1, “e”.

6.7. As candidatas ou candidatos inscritos às vagas destinadas às pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

6.7.1. As candidatas ou candidatos com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

6.8. Se o percentual de 10% (dez por cento) sobre o total das vagas reservadas aos candidatos com deficiência resultar em número fracionado, proceder-se-á ao



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

arredondamento nos termos do §1º, art. 1º, da Lei Estadual n. 11.867/1995, e do §3º do art. 1º do Decreto Federal n. 9.508/2018.

6.9. A ordem de convocação das candidatas ou candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será a 15ª vaga, a 3ª vaga será a 25ª vaga e assim sucessivamente.

6.10 Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 para o número inteiro anterior.

6.11. As candidatas ou candidatos inscritos às vagas reservadas às pessoas com deficiência serão chamados atendendo-se ao critério de alternância exposto no item 6.10 até esgotar-se o percentual da reserva legal estabelecida, quando então as vagas serão destinadas apenas aos candidatos da lista geral, em estrita observância à ordem de classificação.

6.12. A contratação da candidata ou candidato com deficiência ficará condicionada à comprovação de tal condição, nos termos do item 11.4, alínea “g”.

7. DOS CANDIDATOS NEGROS

7.1. Às pessoas que se autodeclararem negras, nos termos da Lei n. 12.288/2010, assim considerados os pretos e pardos conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas a que se refere o item 2.2, segundo Resolução n. 203/2015-CNJ e Resolução n. 548/2015-STF.

7.2. A autodeclaração das candidatas ou candidatos negros deverá ser feita no ato da inscrição e terá validade somente para este processo seletivo.

7.2.1. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pela candidata ou candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

7.2.2. Comprovando-se falsa a declaração, a candidata ou o candidato será eliminado do certame e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.2.3. A verificação da falsidade da declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita a qualquer tempo por provocação ou por iniciativa da Administração Pública.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

7.3. As candidatas ou candidatos negros participarão do certame em igualdade de condições no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação e aos critérios de aprovação.

7.4. As candidatas ou candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame (Lei n. 12.990/2014).

7.4.1. As candidatas ou candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

7.4.2. Em caso de desistência ou eliminação de candidata ou candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pela candidata ou candidato negro posteriormente classificado.

7.5. As candidatas ou candidatos negros poderão optar por concorrerem às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no processo seletivo, marcando a referida opção quando da inscrição (Cor-Raça/PCD).

7.5.1. As candidatas ou candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas para pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

7.5.2. Na hipótese de que trata o subitem anterior, caso as candidatas ou candidatos não se manifestem, serão nomeados dentro das vagas destinadas às pessoas negras.

7.6. A ordem de convocação das candidatas ou candidatos negros classificados ao final do processo seletivo será da seguinte forma: 1ª vaga será a 3ª vaga aberta, a 2ª vaga será a 8ª vaga aberta, a 3ª vaga será a 13ª vaga aberta e assim sucessivamente a cada intervalo de cinco vagas providas.

7.6.1. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 para o número inteiro anterior.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A classificação das candidatas e candidatos inscritos será feita por meio da análise da média acadêmica e entrevista, que deverá considerar as médias históricas de



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

aproveitamento global de notas dos inscritos, cujas inscrições sejam consideradas válidas, bem como a nota por eles obtida na entrevista.

8.2. À média global obtida será acrescido 10 (dez) pontos para o candidato cuja instituição de ensino localizada em Minas Gerais, na avaliação mais recente do Ministério da Educação (MEC), tenha alcançado nota 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), com acréscimo de 20 (vinte) pontos àquela que tenha alcançado nota 5.

8.2.1 Caso a instituição de ensino superior não possua Índice Geral de Curso (IGC), nos termos do item 8.2, não receberá acréscimo de pontuação.

8.2.2. É de responsabilidade do candidato indicar corretamente os dados da instituição de ensino de graduação no sistema de inscrição do processo seletivo, sob pena de não ser pontuado quanto ao previsto no item 8.2.

8.3. A análise curricular, que terá caráter eliminatório e classificatório, consistirá na classificação dos candidatos e candidatas por meio da média histórica de aproveitamento global, conforme nota informada pela Instituição de Ensino, como coeficiente de avaliação, em cotejo com o item 8.2.

8.4. A candidata ou candidato deverá ter nota na análise curricular de pelo menos 60, considerado o somatório da média global com os pontos previstos no item 8.2, se aplicável, sob pena de ser eliminado e não se classificar para o processo seletivo, além de atender às demais disposições deste edital.

8.5 A entrevista, que valerá de 0 (zero) até 100 (cem) pontos e terá caráter classificatório e eliminatório, consistirá em perguntas orais sobre análise de adequação às atividades a serem exercidas no estágio.

8.6 O resultado final será considerado como o somatório da média global referida nos itens 8.1 e 8.2, acrescida ao valor da entrevista referida no item 8.5.

8.7. Havendo empate de médias, o desempate observará:

- a) Quem tiver maior tempo de Estágio Não-Obrigatório de Graduação na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais pelo período mínimo de 6 (seis) meses;
- b) A candidata ou candidato que obtiver a maior nota na entrevista.
- c) A candidata ou candidato de maior idade.

8.8. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da média histórica de aproveitamento, atendendo-se ao disposto no item 8.6.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

8.9. O resultado preliminar será divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito**, consistindo em lista com a classificação final dos candidatos que tiveram sua inscrição deferida, a qual constará também o nome dos candidatos desclassificados por não atenderem as exigências do edital.

8.10. A ordem de classificação geral final prevalecerá para fins de convocação dos candidatos.

8.11. A candidata ou candidato que atuou como Estagiário Não-Obrigatório na Defensoria Pública de Minas Gerais deverá informar sua condição no ato da inscrição, sendo a veracidade das informações verificada.

9. DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

9.1. A entrevista será realizada no dia **02** de **outubro** de 2026 às **09:00** horas, na Defensoria Pública de **Novo Cruzeiro, Minas Gerais**, situada na **Rua Tancredo Neves, Nº 246, São Bento, Novo Cruzeiro/MG**.

9.1.1 Será divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito**, conforme item 5.7. uma lista com os candidatos aptos a realizarem a entrevista no dia descrito no item 9.1.

9.2. As datas, horários e local da entrevista poderão ser modificados a critério da DPMG.

9.3. Havendo adiamento, haverá a divulgação das novas datas, horários e locais das entrevistas, na sede da Defensoria local, podendo ser divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito**.

9.4. O candidato ou candidata deverá apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de documento oficial de identidade.

9.4.1. O **horário limite para o ingresso no local** será o horário previsto para início da entrevista, não sendo permitida a entrada de nenhum candidato ou candidata após esse horário, ressalvado o item 9.6.1 e 9.6.2.

9.4.2. **No momento da entrevista, o candidato deverá entregar à Coordenação Local cópia de seu Curriculum Vitae, elaborado em modelo livre.**



DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

9.5. Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização da entrevista, e os telefones celulares e demais aparelhos eletrônicos de qualquer espécie deverão ser desligados durante a realização desta, sendo que o descumprimento de qualquer uma dessas instruções implicará a eliminação do candidato ou candidata.

9.6. Será eliminado do PSS o candidato ou candidata que, na entrevista:

- a) não comparecer à entrevista no dia, hora e local determinados pela Defensoria Pública ou apresentar-se após o horário previsto para o início da entrevista, salvo o previsto no item 9.6.1 e 9.6.2;
- b) apresentar comportamento inconveniente ou tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- c) estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este certame, durante a realização da entrevista;
- d) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- e) portar arma(s) no local de realização da entrevista, ainda que de posse de documento oficial de licença, independentemente do cargo que eventualmente ocupe;
- f) utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante a sua realização, qualquer equipamento eletrônico, como relógio de qualquer espécie, calculadora, walkman, notebook, palmtop, tablets, agenda eletrônica, gravador, telefone celular, beep, pager, fones de ouvido, Ipad e I-Pod, entre outros;
- g) fizer uso de óculos escuros, bonés, chapéus e similares;
- h) o comparecimento sem documento oficial de identificação.

9.6.1. Na ausência total de candidatos ou candidatas no horário descrito no item 9.1. para entrevista na unidade, a coordenação local responsável pelo processo seletivo se reserva o direito de reagendar a entrevista para horário posterior, sem que isso acarrete prejuízo aos candidatos, podendo ser realizado no mesmo dia ou reagendado para outro dia, com publicação de comunicado no portal da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário.

9.6.2. Poderá ser autorizada a realização da entrevista em horário diverso, desde que haja a autorização da coordenação local da unidade.

9.7. Durante a realização da entrevista, não será permitida ao candidato ou candidata a prática do tabagismo, de acordo com a Lei Estadual nº 18.552, de 04 de dezembro de 2009.

9.8. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da entrevista deverá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, pessoalmente e por escrito, à Coordenação Local, no prazo de 07 (sete) dias úteis antes da entrevista, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

9.9. Não haverá compensação do tempo de amamentação a favor da candidata lactante.

9.10. A criança deverá ser acompanhada de apenas um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

9.11. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

9.12. Não será disponibilizado responsável para a guarda da criança, e a ausência daquele acarretará na impossibilidade de realização da entrevista com disponibilização da amamentação, sendo que a candidata não poderá permanecer com a criança no local de realização da entrevista.

9.13. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de entrevista, acompanhada de uma fiscal do sexo feminino.

9.14. Na sala reservada para amamentação ficarão apenas a candidata lactante, a criança e uma fiscal, vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou amizade com a lactante.

9.15. A entrevista terá duração de no máximo 01:30 hora (uma hora e meia).

10. DOS RECURSOS

10.1. A candidata ou candidato poderá interpor recurso, sem efeito suspensivo, contra:

- a) indeferimento da inscrição, inclusive quanto à previsão ou não em lista reservada, com apresentação, em caso de concorrência a vaga de pessoa com deficiência, do documento previsto no item 6.3;
- b) a realização da entrevista, inclusive por desclassificação nesta fase, quando houver;
- c) o gabarito, espelho de prova e nota da prova, quando houver;
- d) a ordem de classificação preliminar no processo seletivo;

10.2. O prazo recursal é de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação de cada resultado.

10.3. Os recursos previstos no item 10.1 deverão ser dirigidos à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, exclusivamente pela internet, pelo perfil do candidato no sistema de inscrição (Gerais), que estará disponível até às 23h59min do último dia do prazo recursal.

10.4. Os recursos deverão obedecer às seguintes determinações:

- a) conter fundamentação legal referente apenas ao objeto do recurso;



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

b) conter fundamentação lógica e objetiva.

10.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos:

- a) por meios não previstos neste Edital;
- b) intempestivamente;
- c) que não evidenciarem o legítimo interesse e o prejuízo sofrido pelo recorrente;
- d) sem fundamentação legal;
- e) com fundamentação indevida ou sem correspondência com o objeto do recurso.

10.5.1. Também não serão conhecidos os recursos coletivos, pedidos de revisão de recursos, requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais, recursos de recursos ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso.

10.6. Não será permitida a edição, a inclusão, a complementação, a suplementação e/ou substituição de informações ou de documentos após o período das inscrições, não sendo aceito envio de nova documentação durante a fase recursal.

10.7. Alterada a classificação final, de ofício ou por força de recurso, poderá haver alteração da classificação inicial obtida pela candidata ou candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, a sua eliminação do processo seletivo.

10.8. Os recursos serão apreciados pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário, em prazos por ela definidos e de acordo com o cronograma previsto.

10.9. Após a análise dos recursos contra a desclassificação ou contra a ordem de classificação (item 10.1), serão divulgados no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito** os resultados de deferimento ou indeferimento recursal, contra os quais não caberá novo recurso.

10.10. Não havendo recurso contra a ordem de classificação preliminar, ou, julgado o recurso contra esta (item 10.1), o resultado final do processo seletivo simplificado será encaminhado para homologação do Defensor Público Geral e será divulgado no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito**.

11. DA CONVOCAÇÃO



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

11.1. As candidatas ou candidatos aprovados no processo seletivo serão convocados, a critério da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, que obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação no certame.

11.2. A convocação oficial será divulgada no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito**.

11.2.1 É de inteira responsabilidade da candidata ou do candidato acompanhar as publicações do processo seletivo, sendo a convocação realizada na forma do item 11.2.

11.2.2. Todo o processo de convocação é realizado pelo sistema Gerais, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar o trâmite em sua integralidade. Não é permitido o envio de documentos ou de termos via e-mail. Casos excepcionais serão analisados pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

11.3. Após a publicação oficial da convocação, conforme item 11.2, o candidato ou candidata deverá acessar seu perfil individual no sistema Gerais e manifestar obrigatoriamente, no prazo do item 11.3.1:

- a) interesse na vaga ofertada, e, posteriormente, enviar os documentos na forma do item 11.4;
- b) pela reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva; ou
- c) pela não aceitação da vaga.

11.3.1. A candidata ou candidato que não responder à convocação dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis será considerado desistente, não cabendo pedido de reconsideração.

11.3.2. No caso de retorno de candidatos em número superior ao quantitativo de vagas ofertadas, serão considerados, ao final do prazo previsto, a contratação dos candidatos melhor classificados. Os demais candidatos retornarão às suas posições na lista e continuarão aptos para as próximas convocações.

11.4. A candidata ou candidato convocado deverá, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da publicação oficial da convocação, anexar via sistema Gerais os seguintes documentos, sob pena de ser excluído do processo seletivo:



DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

- a) Certificado de Colação de Grau ou Diploma (Não será aceita documentação com previsão de colação de grau).
- b) Cópia da carteira de identidade e do CPF;
- c) Curriculum vitae (modelo livre) com indicação das áreas de afinidade e de vínculo ativo de estágio ou de outra natureza com instituições públicas ou privadas, se aplicável;
- d) Uma foto digital 3x4 recente e colorida, em formato JPG ou PDF, fundo branco, tirada de frente, com o rosto totalmente visível, mostrando a maior parte da face, e sem o uso de óculos;
- e) Declaração emitida pela instituição de ensino que comprove matrícula vigente no curso de pós-graduação, na qual conste a data de início e conclusão;
- f) Comprovante dos Dados Bancários da conta corrente ou conta salário no Banco Itaú, de titularidade da candidata ou candidato;
- g) O candidato ou candidata pessoa com deficiência deverá apresentar laudo médico original que comprove tal condição, elaborado às suas expensas e expedido com antecedência máxima de 12 (doze) meses contados do dia da publicação da respectiva convocação, salvo se se tratar de sequela permanente e irreversível, bem como demonstrar a compatibilidade entre suas necessidades especiais e as atribuições a serem desempenhadas no estágio. (art. 53, da Deliberação 428/2024);
- h) Documento em formato DOCX ou PDF com as seguintes informações da instituição de ensino de pós-graduação: Razão Social, CNPJ, Representante Legal, Endereço com CEP;
- i) Declaração de inexistência de vínculo ou situação incompatível com o estágio na DPMG, assinada de forma manual ou por meio de assinador digital, disponível no Anexo I deste Edital ou no portal da DERSV, Aba “Estágio Não Obrigatório” (link <https://cesv.defensoria.mg.def.br/estagio-nao-obrigatorio/>).

11.4.1. Só serão aceitos documentos emitidos por instituição reconhecida pela autoridade pública competente.

11.4.2. **Não serão aceitas contas de titularidade de terceiros**, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato ou candidata caso haja eventual bloqueio de pagamento por inconsistência de informações bancárias.

11.4.3. A candidata ou candidato convocado que não apresentar os documentos, previstos no item 11.4., no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, após a publicação oficial da convocação, conforme item 11.2. será considerado desistente. É assegurado à candidata ou ao candidato o direito de solicitar a dilação do prazo para envio da documentação, desde que o faça antes do término do prazo originalmente estabelecido, mediante pedido fundamentado. A dilação de prazo poderá ser concedida apenas uma única vez, mediante análise da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

11.4.4. Caso a jornada de estágio seja incompatível com os horários de atividade escolares ou acadêmicas, o candidato irá para o final da lista e o candidato com classificação imediatamente posterior será convocado.

11.5. Eventual documentação adicional poderá ser solicitada por essa Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais para averiguação da situação funcional da candidata ou candidato perante sua instituição de ensino e para certificação da não configuração de quaisquer das vedações descritas no item 64 da Deliberação 428/2024.

11.6. O estágio terá início a partir da data de vigência determinada no termo de compromisso de estágio de pós-graduação e duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, não excedendo o prazo de 24 meses, exceto em se tratando de pessoa com deficiência, devendo ser observada a Deliberação 428/2024.

11.6.1. É vedada a elaboração de termo de compromisso de estágio ou de prorrogação do termo de estágio, nas hipóteses em que o estagiário não tenha vínculo com a instituição de ensino.

11.7. Deve ser observada a data limite do término do curso de pós-graduação, conforme Deliberação 428/2024.

11.7.1. Não serão formalizados Termos de Compromisso de Estágio com estudantes cujo término de curso seja igual ou inferior a 06 (seis) meses da data da convocação.

11.8. A ausência de devolução do termo devidamente assinado pelo candidato ou candidata e pela instituição de ensino, no prazo fixado pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais, impede o início do estágio e é causa de exclusão do processo seletivo. É assegurado à candidata ou ao candidato o direito de solicitar a dilação do prazo para retorno do termo assinado, desde que o faça antes do término do prazo originalmente estabelecido, mediante pedido fundamentado. A dilação de prazo poderá ser concedida apenas uma única vez, mediante análise da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

11.9. Na hipótese do quantitativo de vagas da unidade não permitir a reserva da vaga (cota ou PCD), a convocação de candidatos ou candidatas classificados em processos seletivos de estagiários ou estagiárias obedecerá os critérios de alternância e proporcionalidade (art. 49 da Deliberação 428/2024 – CSDPMG).

12. DOS REQUISITOS

12.1 Devem ser observados os seguintes requisitos (art. 4º da Deliberação 428/2024)

Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário - <https://cesv.defensoria.mg.def.br/>
Rua Bernardo Guimarães, 2731, 4º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, tel (31) 2522-8654 / 8789

- I – existência de convênio prévio com a instituição de ensino, devidamente registrada nos órgãos competentes, no qual deverão constar todas as condições acordadas para a realização de estágios obrigatórios, conforme definido na Lei Federal nº 11.788/2008, disponibilizadas no portal da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário;
- II – matrícula e frequência regular do estudante ou da estudante, devidamente atestadas pela instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação – MEC;
- III – celebração de termo de compromisso de estágio entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a instituição de ensino e o estudante ou a estudante, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 11.788/2008;
- IV – compatibilidade entre as atividades que serão desenvolvidas no estágio e a área de formação acadêmica do estudante ou da estudante;
- V – aprovação em processo seletivo para acadêmicas e acadêmicos em estágio não obrigatório;
- VI - não ter o termo de estágio rescindido unilateralmente pela Defensoria Pública, nos últimos 5 (cinco) anos.

13 DAS VEDAÇÕES

13.1. As candidatas e candidatos que aprovados no processo seletivo ficam cientes das vedações conforme deliberação 428/2024-DPG artigos 64 e 65 quais sejam:

13.1.1. É vedado à estagiária ou estagiário:

- I – exercer a advocacia em feitos oriundos ou que tramitem no Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- II – exercer a advocacia em âmbito extrajudicial nas áreas afetas às atribuições da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;
- III – exercer a advocacia em qualquer hipótese em se tratando de estágio exclusivamente remoto;
- IV – praticar, isolada ou conjuntamente, atos privativos das Defensoras Públicas ou Defensores Públicos ou servidoras e servidores da DPMG, nas esferas judicial ou extrajudicial, ressalvada a assinatura conjunta em manifestações jurídicas;
- V – invocar a condição de estagiária ou estagiário da DPMG ou usar papéis com marca oficial da instituição em qualquer matéria alheia ao estágio;
- VI – ter comportamento incompatível com a condição de estagiária ou estagiário da DPMG;
- VII – revelar quaisquer fatos de que tenha conhecimento em razão das atividades de estágio;
- VIII – exercer as atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;
- IX – exercer atividades concomitantes, seja como servidor ou servidora efetivo, seja como celetista, terceirizado ou terceirizada, seja como estagiário ou estagiária em outro ramo da



DPMG

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Defensoria Pública, na advocacia, pública ou privada, no Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, em instituições policiais ou militares, no Ministério Público ou no Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

X – exercer atividades concomitantes, seja como servidor ou servidora efetivo, seja como celetista, terceirizado ou terceirizada, seja como estagiário ou estagiária em outras instituições públicas, da administração pública indireta, ou instituições privadas que possuam correlação com as atividades desenvolvidas na Defensoria Pública e com elas possam conflitar;

XI – realizar, conjuntamente, serviço voluntário ou outra modalidade de estágio dentro da própria Instituição;

XII – realizar estágio em outra Instituição pública ou privada cuja carga horária diária exceda os limites permitidos pela Lei de Estágio;

XIII – valer-se do estágio para captar clientela ou obter vantagem para si ou para outrem.

13.1.2. Caso o candidato ou candidata, no momento da convocação, esteja realizando outro estágio ou se enquadre em alguma hipótese de vedação, deverá providenciar e apresentar o comprovante de desincompatibilização antes do início das atividades

13.1.3. É vedada a contratação de estagiária ou estagiário para atuar sob supervisão de Defensor, Defensora, Servidor ou Servidora que lhe seja cônjuge, companheira ou companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau, inclusive.

14. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

14.1. O presente processo seletivo simplificado tem validade de 12 (doze) meses, contados da homologação da classificação final, podendo, a critério da Defensoria Pública de Minas Gerais, ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Todos os atos relativos a este processo seletivo simplificado serão divulgados no endereço eletrônico <https://cesv.defensoria.mg.def.br/processos-seletivos/> no campo pesquisa, buscar: **Novo Cruzeiro - Edital 03/2026 – Pós em Direito**.

15.1.1. É de exclusiva responsabilidade da candidata ou do candidato acompanhar todas as publicações relativas ao processo seletivo no portal eletrônico, não cabendo à Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário a obrigação de realizar comunicações por outros meios.



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

15.2. A constatação, a qualquer tempo, de falsidade de declaração ou documento acarretará a eliminação do candidato ou candidata do processo seletivo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

15.3. A candidata ou candidato classificado deverá manter seu endereço, telefone e e-mail atualizados até que se expire o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

15.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato ou candidata da legislação vigente, das Deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública, demais atos normativos da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a este Edital.

15.5. As decisões da Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário serão irrecorríveis, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita revisão de recursos.

15.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Estágio, Residência e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais.

15.7. Eventuais dúvidas, na forma do art. 41, § 2º, 'c', da Deliberação CSDPMG 428/2024, deverão ser encaminhadas para pssestagio@defensoria.mg.def.br.

15.8. Integra esse edital um anexo, qual seja:

I – Declaração de inexistência de vínculo ou situação incompatível

Novo Cruzeiro, 24 de agosto de 2026

Amanda Barroca Dayrell
Defensora Pública – Madep 1110
Coordenadora Local



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

ANEXO I DO EDITAL Nº 03/2026
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO OU SITUAÇÃO INCOMPATÍVEL

Eu, _____, CPF nº _____, declaro, para os devidos fins, que a partir do início do estágio junto à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e durante todo o período de sua vigência, não possuo qualquer vínculo, atividade, função ou exercício profissional incompatível com o estágio na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, nos termos da Deliberação 428/2024, do Conselho Superior da Defensoria Pública e demais normativas institucionais aplicáveis.

Declaro, ainda, que não exerço atividades concomitantes, seja como servidor(a), empregado(a), terceirizado(a), autônomo(a), assessor(a), residente ou estagiário(a), junto à advocacia pública ou privada, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, Ministério Público, instituições policiais ou militares, Tribunais de Contas, outras unidades da Defensoria Pública, bem como em instituições públicas ou privadas cujas atividades possam conflitar com aquelas desempenhadas pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Declaro, igualmente, que inexistente qualquer situação de incompatibilidade ou conflito de interesses com o exercício das atividades de estágio perante a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, comprometendo-me a comunicar imediatamente eventual alteração superveniente.

Declaro estar ciente de todas as vedações aplicáveis às estagiárias e aos estagiários da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, bem como de que a inobservância de quaisquer dessas vedações poderá ensejar a abertura de processo apuratório de irregularidades e a aplicação das penalidades cabíveis na esfera administrativa, nos termos da regulamentação vigente.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, de _____ de _____.

Assinatura do(a) candidato(a)